



## **CIDADANIA E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES MEDIADA PELAS TECNOLOGIAS DIGITAIS**

MARIA CONCEIÇÃO COPPETE  
REINALDO MATIAS FLEURI

**Resumo:** Baseado no entendimento de cultura no plural e de educação como processo e como trabalho social que este artigo se estrutura. Sua finalidade é apresentar e concomitantemente refletir sobre as possibilidades de formar professores na temática da diversidade e cidadania na modalidade de ensino a distância. Será realizado mediante um programa de formação lançado pelo governo federal, através da Universidade Aberta do Brasil UAB e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, pela Rede para a Diversidade do Ministério da Educação e uma universidade pública federal, por meio de um de seus núcleos de pesquisa voltado para a Educação intercultural e os Movimentos Sociais. Para verificar sua eficácia e o alcance de seus objetivos será desenvolvido um projeto de pesquisa qualitativa. O principal instrumento de coleta de dados será o questionário cuja aplicação se dará na fase de entrada, de desenvolvimento e de saída junto aos cursistas e aos tutores envolvidos.

**Palavras-chave:** formação de professores; educação a distância; diversidade; tecnologia educacional; interculturalidade.

### **1 Tecturas Iniciais**

*O mundo é do tamanho do conhecimento que temos dele.  
Alargar o conhecimento, para fazer o mundo crescer,  
e apurar seu sabor, é tarefa de seres humanos.  
É tarefa, por excelência, de educadores..  
Terezinha Azeredo Rios*

A diversidade de propostas de formação existentes desde as últimas décadas do século XX no cenário nacional e internacional, denota que as reformas educacionais têm tentado se pautar no princípio da inovação. No Brasil esse processo ficou mais evidenciado mediante as discussões acerca do Capítulo da Educação na Constituição de 1988, repercutindo diretamente no processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) de 1996, lei 9394/96.

São inúmeras as propostas e as reformas parciais a marcar o panorama educacional brasileiro. A forte presença do Estado dirigindo uma variedade de medidas aparece mediante o Decreto-presidencial nº 3.276 de 6 de dezembro de 1999 o qual define, ainda que parcialmente, uma política de formação de professores para a educação básica. O Conselho Nacional de Educação preocupado com a concepção, desenvolvimento e a abrangência dos cursos de

formação de professores, instituiu por meio do Parecer CP9/2001, as Diretrizes para a Formação de Professores. Neste documento encontra-se a preocupação com a formação, especialmente no nível da educação básica a qual deverá ser oferecida, inclusive, na modalidade a distância.

É mister atentar para o fato de que com o desenvolvimento atual da tecnologia, oportunizada pela rede mundial, a Internet, a educação a distância ganha novas possibilidades e desafios. Essas novas tecnologias de informação e de comunicação podem auxiliar na resolução de um problema fulcral da educação “tradicional”, a interatividade (LITWIN, 2001). Tal modalidade pode fornecer subsídios no sentido de auxiliar no processo de ruptura da concepção tradicional de educação, cujo tipo de comunicação predominante é a unidirecional, do tipo *um-todos*. Na modalidade de educação a distância, mediada pelas tecnologias digitais, a possibilidade de construir o modelo comunicacional *todos-todos* torna-se possível. Vale ressaltar que se está tratando de educação a distância *on-line*, fundamentada na aprendizagem colaborativa, no processo de co-autoria, onde o professor é o mediador das atividades de aprendizagem (SILVA, 2001, 2003; BORGES e FONTANA, 2003). Esta modalidade é ainda bastante recente, o que impulsiona sobremaneira o desafio à sua prática e às pesquisas nesta área, no sentido de (re)pensar a própria modalidade e o que dela advém como possibilidades e limites; indicadores de caminhos que contribuam para uma educação de qualidade social, no sentido de construir novos mapas desta modalidade de ensino.

Nesta perspectiva é fundamental ter em vista que a educação é uma prática social inextricavelmente ligada às dinâmicas constituidoras de uma sociedade. Destarte, é preciso levar em conta que o avançado processo manifestado especialmente na ciência e na tecnologia tem revelado um mundo em sucessivas mudanças, que exigem novas posturas; todavia, tais posturas pedem formação eficaz que instrumentalize as pessoas à construção de projetos focados substancialmente na busca de uma vida digna, com equidade social. Para isso é necessário que sejam repensados conceitos e práticas os quais necessitam ser amparados em teorias comprometidas com a nova ordem social capaz de gerar a vida e com qualidade.

Pensar essas questões a partir da educação e, mais especificamente, da formação de professores, requer que se tenha em vista a temática da diversidade que, na atualidade, é um dos focos mais relevantes, especialmente nos processos formativos; trata-se também de um dos eixos da política nacional.

A temática da diversidade é extensa e fecunda; por essa razão a abordagem eleita neste estudo centra-se no seu aspecto educativo, que pode ser amplamente potencializado nos contextos de ensino e aprendizagem. Para Arnaiz (2000), a diversidade encontra-se no ser humano desde o instante que tem suas características evolutivas próprias, ritmos de aprendizagem distintos que ao interagir com o contexto se traduz em interesses acadêmicos e profissionais também distintos, assim como projetos de vida e expectativas diferenciadas, principalmente a partir do que a autora chama de educação secundária. “Além destas manifestações, podemos encontrar outras de caráter individual, como podem ser as deficiências intelectuais, físicas, sensoriais, altas capacidades, ou aquelas outras que se manifestam em contextos sócio-culturais desfavorecidos ou relacionados com minorias étnicas e culturais.” (Idem, p. 01).

Tal perspectiva desafia os educadores da sociedade atual a buscar formas de estabelecer novos relacionamentos que ultrapassem os limites da cultura local, possibilitando a sua exteriorização e a abertura para o acesso a outras realidades culturais sem, contudo, perder as características identitárias de cada pessoa e de cada contexto.

Para tanto, torna-se urgente e imprescindível trazer à cena no palco vivo de nossas instituições de ensino, o ser humano em sua totalidade, ou seja, na sua dimensão física, psíquica, afetiva e social. Como diz Marco Ferraz (2002, p. 185-186),

a escola deve estar comprometida com a promoção do desenvolvimento humano e com o atendimento das necessidades da sociedade. Assim, o seu processo de gestão deve ter uma visão global e uma ação local. [...] Dessa forma, necessita repensar a sua função institucional, considerando-se os aspectos éticos, políticos, culturais, científicos e tecnológicos atuais [...].

Em outras palavras, a escola necessita ser repensada desde a sua função básica na sociedade que é a de sistematizar o conhecimento historicamente construído, o que implica na problematização dos saberes que sustentam as ações realizadas em seu interior. Estudar algo historicamente significa estudá-lo em movimento de mudança, fato que envolve, neste caso, a análise do processo como um todo, buscando, por meio da reflexão crítica, desvelar as relações implícitas, multifacetadas que são estabelecidas principalmente nos contextos e espaços de aprendizagem, e, neste sentido, a escola é um campo fértil de possibilidades.

Nesse sentido, algumas perspectivas tem se mostrado viáveis, especialmente àquelas que valorizam a multiculturalidade e amparam suas ações numa abordagem de educação intercultural. Esta abordagem reconhece o caráter multidimensional e complexo da interação entre sujeitos e busca desenvolver concepções e estratégias educativas que favoreçam o enfrentamento dos conflitos, na direção de superação das estruturas sócio-culturais geradoras de discriminação e de exclusão ou de sujeição entre grupos sociais.

De acordo com Azibeiro (2006) a opção ético-político-epistemológica pela desconstrução de subalternidades, que se coloca como condição para a possibilidade da reciprocidade é inerente à perspectiva intercultural.

Com isso se quer dizer que é necessário buscar os percursos possíveis e não apenas a chegada. Dentro desta perspectiva e tendo em vista os processos de formação de professores, é preciso ter clareza acerca de quais concepções orientam os conceitos trazidos pelos professores e que se expressam mediante suas práticas pedagógicas entendidas de acordo com Brandão (1995, p.11) enquanto um

[...] trabalho social agenciado através do qual são criadas situações e processos instrumentais de apropriação do saber. Neste sentido, prática pedagógica é o que se realiza tanto em uma escola rural de ensino fundamental, quanto o que se faz em um programa de saúde comunitária, quando ali há, também situações e estruturas que envolvem questões de saber, de ensino e aprendizagem, mesmo que fora do contexto restrito da situação e da dimensão propriamente escolar.

Nesse sentido, trabalho social é o que se realiza também na universidade em múltiplas e variadas instâncias, como por exemplo, mediante a oferta de cursos de extensão com o objetivo de instrumentalizar a prática de professores com vistas a atender as demandas que a sociedade contemporânea exige principalmente da educação.

Pensar a educação remete, necessariamente pensar a cultura.

Como destaca Aguado (2003, p.04)

A cultura não pertence ao indivíduo; ela é compartilhada. Proporciona linhas de ação em um grupo determinado. Os membros de uma cultura compartilham crenças, aceitam determinados fatos como garantidos e defendem determinados

valores. Contudo, a relação entre cultura e conduta não é simples. Pois a cultura influi mais do que dita a conduta; afeta as estratégias que se utilizam e a forma em que interatuam.

É baseado neste entendimento de cultura no plural e de educação como processo e como trabalho social que este artigo se estrutura. Sua finalidade é apresentar e concomitantemente refletir sobre as possibilidades de formar professores na temática da diversidade e cidadania mediante um programa de formação lançado pelo governo federal, através da Universidade Aberta do Brasil UAB e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, pela Rede para a Diversidade do Ministério da Educação e uma universidade pública federal, por meio de um de seus núcleos de pesquisa voltado para a Educação intercultural e os Movimentos Sociais.

## **2 Apresentando o Contexto de surgimento da rede e do curso: suas possibilidades e prospecções**

Miguel Arroyo (2002) diz que toda inovação fracassa quando não leva em conta as pessoas; quando elas são tratadas como consumidoras de modelos ou de teorias. Foi justamente com o propósito de levar em conta as pessoas como sujeitos autônomos que a proposta de oferta de um curso para formação continuada de professores, em caráter de extensão, foi acolhida. Para melhor compreender seu surgimento, as demandas inerentes, assim como a escolha da equipe, é importante destacar seu processo inicial.

Em 16 de abril de 2008, por meio do edital N.1 SECAD deu-se a primeira chamada pública para seleção de instituições de ensino superior com vistas a implementação da rede de educação para Diversidade no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. No referido edital, organizado em três grandes partes, foi apresentado o objetivo da rede que consiste em estabelecer grupo permanente de formação inicial e continuada a distância com a finalidade de disseminar e desenvolver metodologias educacionais de inserção dos temas das áreas da diversidade, quais sejam: educação de jovens e adultos, educação do campo, educação indígena, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os Direitos Humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

Foi apresentado também que o referido programa de formação para os temas da diversidade é uma iniciativa do Ministério da Educação, com o intuito de criar as bases para uma rede nacional de instituições de ensino superior dedicada à disseminação dos temas da diversidade nas redes de ensino públicas e privadas de educação básica no País, por meio de formação qualificada pelos cursos do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, assim entendido como a articulação entre as instituições públicas de ensino superior, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, bem como demais interessados e envolvidos, e que atuará na área de formação inicial e continuada de professores, gestores e outros profissionais da educação básica.

Entre as atribuições da rede foi estabelecido que seus propósitos consistem em ampliar as oportunidades de formação de educadores e gestores educacionais que atuem na educação básica e nos cursos de formação de professores; elaborar conteúdos; ofertar um programa de cursos de formação para a diversidade; manter núcleos de pesquisa nas áreas da diversidade definidas pelo Programa; e estabelecer normas para o funcionamento e certificação dos cursos ofertados.<sup>1</sup>

Das propostas apresentadas para os cursos por áreas temáticas, a primeira delas e também considerada estrutural, é o curso de Educação na Diversidade e Cidadania, com uma carga horária prevista de cento e oitenta horas. Há outros seis cursos ofertados mas nossa escolha foi pelo primeiro, objeto do presente trabalho, como já foi citado anteriormente.

É importante destacar também que na parte B do referido edital, no item<sup>2</sup> sobre a elaboração e oferta dos cursos do programa de formação para a diversidade, constava que os projetos das proponentes deveriam obedecer ao projeto-político pedagógico dos cursos propostos. Para tanto foi disponibilizado um sítio de acesso<sup>2</sup> com o Manual Operacional da Rede de Educação para a Diversidade. Este documento, bastante extenso e elaborado apresenta os objetivos, o público beneficiário, os processos de execução e as oportunidades de formação da rede; expõe o programa no âmbito da Universidade Aberta do Brasil UAB, bem como as estratégias de execução para cada um dos cursos respectivamente.

No que diz respeito ao curso em questão, ou seja, educação para a Diversidade e Cidadania, é feita uma apresentação detalhada no sentido de mostrar que se trata de um curso de formação continuada de professores de educação básica, distribuído em módulos. Ofertado na modalidade semipresencial, visa formar professores e profissionais da educação capazes de compreender os temas da diversidade e sua introdução transversal na prática pedagógica escolar. Faz uma contextualização, cujo enfoque centra-se na educação como direito fundamental, argumento que defendemos e buscamos praticar, fato que reitera um dos motivos que nos levou a eleger este curso. Destaca o fato de o Brasil apresentar uma elevada desigualdade social, com um padrão excludente de desenvolvimento que é histórico. Para tanto, requer da educação, mediante o trabalho com os temas da diversidade, que sejam geradas condições essenciais para o enfrentamento das desigualdades e para a promoção da mobilidade social. Explicita o compromisso assumido pelo Ministério da Educação, no sentido de orientar suas políticas de estado com vistas a incidir nos excluídos mediante uma ótica promotora de direitos humanos que reconhece as diferentes populações e seus saberes igualmente variados.

É bastante notório visibilizar o fato de um núcleo de pesquisa que aprofunda questões da educação intercultural e dos movimentos sociais eleger este curso, uma vez que seu compromisso está diretamente vinculado ao objetivo proposto pelo curso em questão, ou seja, oportunizar o debate sobre a educação como um direito fundamental, que precisa ser garantido a todas as pessoas indistintamente. Entre os principais objetivos deste núcleo está a inclusão de pessoas com deficiências ou pertencentes a minorias étnicas no contexto da escola regular. Promover a cidadania, a igualdade de direitos e o respeito à diversidade sociocultural, étnico-racial, etária e geracional, de gênero e orientação afetivo-sexual e às pessoas com necessidades especiais compõe o conjunto de finalidades que movem o núcleo cujo curso em nível estadual está vinculado para ser ofertado durante um período de seis meses, a contar do mês de outubro do presente ano.

Assim como explicitado no manual operacional do curso (2008, p. 15), o núcleo promotor do evento, por meio de sua equipe de trabalho compartilha das finalidades apresentadas e como tal explicitou tais finalidades em seu projeto.

A formação e a qualificação de professores para a inserção dos temas da diversidade têm como uma de suas atribuições promover, transversalmente ao currículo escolar, temas como os direitos humanos, a educação ambiental, a diversidade étnico-racial e a demandas específicas de indígenas, afro-brasileiros, pessoas com necessidades especiais, questões de gênero e diversidade de orientação afetivo-sexual. Esses professores e profissionais da educação têm como

principal desafio garantir a efetividade do direito à educação a todos e cada um dos brasileiros, estabelecendo políticas e mecanismos de participação e controle social que assegurem aos grupos historicamente desfavorecidos condições para sua emancipação e afirmação cidadã.

Os objetivos apresentados no manual e apropriados no projeto do curso, consistem em introduzir a abordagem da Educação na diversidade com o reconhecimento das diversas populações e temáticas a serem tratadas; busca apresentar conceitos sobre as diversas populações e temáticas da diversidade; pretende desenvolver processos e metodologias de introdução desses conceitos na educação básica; prima por desenvolver e manter uma rede de colaboração virtual para a discussão e compartilhamento de informações sobre práticas pedagógicas inclusivas na escola; visa oferecer seminários e palestras virtuais sobre os temas da diversidade; e, possibilitar a formação continuada por meio das redes de discussão dos diversos cursos de formação no âmbito da Rede de Educação para a Diversidade.

Em relação ao público-beneficiário o perfil que se deseja é amplo; todavia, o curso incide basicamente nos profissionais da educação que atuam direta ou indiretamente com a prática educacional da escola; são incluídos neste grupo professores e outros profissionais que atuam na educação básica com formação mínima em nível médio; e gestores educacionais responsáveis por coordenação de currículos pedagógicos, formação de professores e diretores, avaliação educacional, e outras pessoas interessadas que estejam vinculadas à educação.

No que diz respeito a construção dos conteúdos, seguindo as orientações estabelecidas, procuramos estruturar uma matriz curricular cujo eixo é o “Direito de Aprender de todos e de cada um”. Esta concepção que tem sua origem na discussão do campo da educação para os Direitos Humanos, procura ter em vista o desenvolvimento humano do campo da Educação. Esse direito à educação, que abrange os conceitos de dignidade humana, respeito às diferenças, e reconhecimento dos saberes distintos, conforme consta no projeto pedagógico da rede para a diversidade, deve ser discutido tendo como base os temas da própria diversidade organizados nos chamados “saberes das populações” (EJA, Campesina, Quilombola, Indígena, entre outros), bem como nos temas da atualidade (educação ambiental, gênero e diversidade sexual, a inclusão das pessoas com necessidades especiais, entre outros), contempladas nas diretrizes curriculares e legislação educacional e profissional pertinentes. Nessa perspectiva, é preciso considerar também a formação científica, levando em conta também o desenvolvimento de habilidades e atividades formativas.

A organização de um currículo, além de relacionar disciplinas acadêmicas, deve articular temas decisivos para a formação. Nesse sentido, o curso está estruturado em três eixos, a saber: Educação para a Diversidade e Cidadania; Educação para Populações Específicas; educação de Temas específicos. Esses eixos estão consubstanciados em três módulos centrais, além de um ambiente introdutório à Plataforma do curso e um módulo eletivo de Metodologia de Ensino e Pesquisa.

O eixo **Educação na Diversidade e Cidadania** remete aos fundamentos filosóficos, políticos, sociais, culturais e epistemológicos que permitem a compreensão da noção de Diversidade e Cidadania como expressão da prática social, bem como a sua tematização como valor universal na constituição de uma sociedade mais igualitária na qual homens, mulheres, idosos e crianças sejam reconhecidos como cidadãos livres e sujeitos de direitos. Isto significa, também, problematizar o cotidiano das práticas escolares que não podem estar desvinculadas da teoria e de uma dimensão dialógica voltada para a superação das desigualdades ainda presentes na sociedade brasileira.

Na **Educação para Populações Específicas**, são disponibilizados conteúdos teóricos e atividades de caráter teórico-prático, que possibilitem o diálogo sobre as especificidades de cada grupo populacional ou povo. As temáticas/atividades desse módulo envolvem introduzir os conceitos e discussão sobre a Diversidade na Educação de Jovens e Adultos; a Educação Escolar no Campo; a Educação Escolar para o Povo Quilombola; a Educação Escolar para o Povo Cigano; a Educação Escolar para o Povo Indígena.

O eixo **Educação de Temas Específicos** possibilitará uma reflexão introdutória sobre a teoria e prática que envolve a educação Ambiental, o Gênero e a Diversidade Sexual, bem como sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Estes eixos centrais serão norteados pela noção de Diversidade e Cidadania, permitindo conhecer o que concerne a cada uma destas temáticas.

### Quadro Resumo da Organização Curricular

<i><b>Eixos</b></i>	<i><b>Sala Ambiente/ Temáticas</b></i>	<i><b>Horas</b></i>
Módulo 1 – Conceitual EAD e Ferramenta Moodle	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Introdução ao ambiente virtual Moodle e Curso;</li> <li>– 18 horas presenciais;</li> </ul>	18h
Módulo 2 – Introdução Conceitual para a Educação na Diversidade e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 12 horas – Educação como Direito Fundamental;</li> <li>• 13 horas – Educação na diversidade e as diferentes populações;</li> <li>• 13 horas – Educação na diversidade e os temas da diversidade.</li> <li>• 08 horas- Encontro Presencial</li> </ul>	46h
Módulo 3 – Educação para Populações Específicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 10 horas – Educação de Jovens e Adultos;</li> <li>• 10 horas – Educação do Campo;</li> <li>• 10 horas– Educação Indígena;</li> <li>• 10 horas – Educação Quilombola;</li> <li>• 08 horas – Encontro Presencial</li> </ul>	48
Módulo 4 – Educação de Temas Específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 10 horas – Educação Ambiental na prática educacional;</li> <li>• 10 horas – Educação para o reconhecimento do Gênero e a Diversidade Sexual;</li> <li>• 10 horas – Educação das Relações Étnico-Raciais;</li> <li>• 10 horas – Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;</li> <li>• 8 horas – Encontro Presencial</li> </ul>	48
Módulo 5 - Eletivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Metodologia de Pesquisa (22h à distância, 08h presenciais)</li> <li>• Metodologia de Ensino (22h à distância, 08h presenciais)</li> </ul>	60
Módulo 6 – Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seminários Locais na modalidade presencial</li> </ul>	20
<i><b>Total</b></i>		<i><b>240h/a</b></i>

### 3 A busca dos fios para encontrar as tramas a serem tecidas: a metodologia adotada

A metodologia será desenvolvida de forma semi-presencial com encontros presenciais e a distância a partir da interatividade do tutor com os cursistas, via internet, por meio de ambiente colaborativo Moodle, tendo o Portal da Rede de Formação para a Diversidade e o Portal do Professor como referências para o desenvolvimento das atividades do curso.

O curso será ofertado em 08 (oito) pólos regionais da Universidade Aberta do Brasil (UAB), localizados no Estado sede da universidade promotora, sendo 50 (cinquenta) vagas para cada um dos pólos, totalizando 400 (quatrocentos e cinquenta) vagas.

Será desenvolvido no formato modular para possibilitar a flexibilização de sua oferta ao público interessado, assim como a integração de seus conteúdos com outros cursos ofertados no âmbito da Rede de Educação para a Diversidade.

A partir deste curso a Universidade em questão integrará, através de seus coordenadores, professores e formadores/conteudistas e tutores, a Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede – CTAR, objetivando ampliar o campo de pesquisa em educação na diversidade e cidadania e em educação a distância. Ao longo do curso a equipe acompanhará os cursistas que poderão formar grupos de estudo a fim de facilitar a leitura, a compreensão e a elaboração de novos textos de maneira virtual na Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede.

A metodologia proposta neste curso está fundamentada no percurso de aprendizagem dos cursistas. Este percurso se inicia com uma investigação temática do contexto em que os cursistas vivem; seguindo de aprofundamento teórico-conceitual das temáticas mencionadas que se dará mediante estudos conceituais, pesquisas e atividades teóricas e práticas que serão realizadas em suas respectivas salas de aula, até a conclusão com um seminário ampliado, onde cada cursista apresentará em seu respectivo pólo, os resultados de sua experiência mediante trabalho final sistematizado e fundamentado teoricamente a ser realizado durante o curso.

Os trabalhos selecionados poderão ser disseminados por meio do Portal da Rede de Formação para a Diversidade e o Portal do Professor, a partir do consentimento do cursista.

Será realizado quatro encontros presenciais nos pólos regionais para introduzir o ambiente virtual de aprendizagem Moodle e o formato e conteúdo do curso aos cursistas; avaliar o conteúdo abordado nos módulos e promover orientação aos cursistas sobre o desenvolvimento do seminário final; realizar os seminários de apresentação dos trabalhos finais elaborados pelos cursistas.

### **3.1 Operacionalização do Curso**

Este curso é caracterizado por aproximadamente 75% da carga horária à distância e aproximadamente 25% presencial. Os conteúdos serão trabalhados a distância com o auxílio dos seguintes meios: material on-line e material impresso. As duas versões apresentarão metodologias específicas considerando as linguagens e especificidades de cada uma das mídias, com a clareza de que cada uma dessas mídias requer formas específicas de interatividade e dialogicidade, estratégias para produção do conhecimento, para a formação e modos de obter a aplicabilidade no cotidiano escolar.

Como fora apresentado anteriormente, os conteúdos curriculares estão organizados por módulos, nos quais os professores, tutores e cursistas poderão desenvolver múltiplos e simultâneos processos de interação. Esta estrutura propiciará o aprofundamento de temáticas relevantes para a compreensão da educação na diversidade e cidadania, bem como oferecerá oportunidades para o conhecimento de processos, procedimentos e ferramentas tecnológicas que podem ampliar e tornar mais efetiva a ação dos profissionais da educação no cotidiano escolar. A dinâmica proposta para o curso abrangerá um processo introdutório, presencial, no qual os



cursistas discutirão o projeto do curso de extensão e farão uma formação para utilizar a plataforma Moodle, bem como outras mídias; acesso simultâneo aos módulos: M1-Introdução conceitual EAD e ao ambiente Moodle; M2-Introdução conceitual para a Educação na Diversidade e Cidadania; M3-Educação para Populações Específicas; M4-Educação de Temas Específicos; M5 (eletivo) Metodologia de ensino e pesquisa; M5-Avaliação; quatro encontros presenciais para as avaliações e socialização das atividades do Curso, sendo um encontro de 18 horas presenciais para a introdução do ambiente Moodle e Curso, três encontros de 8 horas presenciais para avaliação do processo de aprendizagem quanto aos conteúdos abordados nos módulos básicos, mais dois encontros presenciais para o módulo eletivo. Um encontro de 20 horas para o seminário de avaliação dos trabalhos de conclusão e projetos de intervenção.

Para a operacionalização de cursos na modalidade a distância é necessária a organização de um sistema que viabilize as ações de todos os envolvidos no processo. Dentre os elementos imprescindíveis neste sistema estão a organização de espaços físicos para os encontros presenciais, o acesso a computadores conectados a internet e para realizar as avaliações; a implantação de uma rede que garanta a comunicação contínua entre os sujeitos envolvidos no processo educativo; a produção e organização de material didático apropriado à modalidade a distância; processo de acompanhamento e avaliação próprios; a utilização de um ambiente virtual de aprendizagem que favoreça o processo de estudo dos alunos e o processo de comunicação com a Universidade.

É importante destacar enfaticamente **que** neste curso a interdisciplinaridade constitui um aspecto fundante. Nesse sentido estará presente em todos os momentos, desde o modo como foi projetado, sendo viabilizada por meio da organização do currículo em blocos temáticos, articulados por eixos norteadores, propiciando que os conteúdos das áreas temáticas não se esgotem na carga horária atribuída a cada uma.

### **3.1.1 A Tecnologia empregada e o Material on-line – Ambiente Virtual de Aprendizagem e Material Impresso**

A plataforma virtual de aprendizagem possibilita o uso de uma série de meios de comunicação para a interação entre professor-cursista, cursista-cursista, professor-professor, potencializando o ensino e a aprendizagem à distância. Neste curso, o material on-line proporcionará uma leitura hipertextual e multimidiática dos conteúdos curriculares e acima de tudo viabilizará o processo de comunicação entre todos os envolvidos. O ambiente virtual constitui-se num espaço rico de trocas entre os cursista possibilitando a interação, cooperação e autonomia. As atividades previstas visam a participação ativa do aluno no processo ao propor espaços de pesquisa, discussão e, diálogo com seus pares.

Este será o principal ambiente para o ensino a distância e contará com a disponibilidade de ferramentas de interação síncrona e assíncrona, como correio eletrônico (e-mail), chat e fórum de discussão. Neste ambiente estará disponível as informações e conteúdos necessários para a realização do Curso. Para este Curso será utilizada a plataforma Moodle, que consiste em um Ambiente Colaborativo de Aprendizagem que utiliza a Tecnologia Internet e permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem. O Moodle é composto por dois Web Sites: o site do Participante e o site do Administrador.

Em relação ao material impresso serão fornecidos aos cursistas os textos disponíveis no ambiente virtual no formato impresso. Ambas as versões propiciarão aos participantes momentos

de atividades didático-pedagógicas presenciais e colocarão a disposição dos envolvidos, informações gerais do curso e específicas para o cursista e para o professor. Os conteúdos serão selecionados por uma equipe composta pelos professores conteudistas/formadores. Além de selecionar o material a ser utilizado no Curso, a equipe também se responsabilizará pela orientação, supervisão e colaboração na produção do material (textos, vídeos, vídeo conferências, vídeo aulas, animações, entre outros).

### **3.1.2 Sistema de acompanhamento da aprendizagem do cursista**

O sistema de acompanhamento da aprendizagem do cursista envolve diretamente determinados profissionais. Dentre eles cabe destacar o professor formador/conteudista cujas atribuições consistem em participar da seleção e elaboração do material a ser disponibilizado aos cursistas através do ambiente Moodle e na forma impressa; planejar e desenvolver atividades de ensino-aprendizagem organizadas no plano de ensino do seu módulo; participar na escolha dos tutores que atuarão no módulo correspondente; acompanhar horários para o atendimento aos cursistas, seja por vídeo-conferência, e-mail, bate-papo, telefonia por internet (VoIP) ou telefone; elaborar e corrigir as avaliações em conjunto com os tutores; participar em reuniões pedagógicas e de avaliação do curso. Cabe destacar que cada módulo contará com um professor formador/conteudista indicados pela universidade promotora do curso.

Outro profissional fundamental neste curso é o tutor a distância. Suas atribuições consistem em orientar os Tutores Presenciais na gestão acadêmica dos módulos que são responsáveis; coordenar e acompanhar as ações dos Tutores presenciais, articulando-se com o Professor Formador/Conteudista; orientar junto com o Professor Formador/Conteudista o processo de elaboração do trabalho final do curso. Os Tutores a Distância realizarão suas atividades no Campus da Universidade promotora do curso, sob a orientação do Professor Formador/Conteudista do módulo para o qual foi selecionado. Devem ter vínculo com a universidade, preferencialmente como estudante de programa de pós-graduação. Cada Tutor a Distância será responsável por um módulo e deverá orientar os Tutores Presenciais nos pólos regionais. Serão selecionados pela equipe com uma jornada de 20 horas semanais de trabalho.

O tutor presencial é outro profissional que pertence à equipe. Suas atribuições centram-se na gestão acadêmica da turma do pólo para o qual foi selecionado. É sua tarefa articular-se com os Professores Formadores/Conteudistas e Tutores dos módulos sobre o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos respectivos; auxiliar os Professores Formadores/Conteudistas e Tutores a Distância no acompanhamento da elaboração dos trabalhos finais junto aos cursistas; auxiliar os cursistas nos encontros presenciais, organizados de acordo com a programação do Curso; participar, junto aos Tutores a Distância, na formação dos cursistas para o uso do ambiente virtual Moodle; aplicar as avaliações presenciais. Os Tutores Presenciais realizarão seu trabalho nos Pólos Regionais em contato direto e on-line com os estudantes. Esta proximidade permite uma atuação imediata junto aos cursistas. Devem possuir experiência na área de educação, titulação mínima de especialização e experiência em cursos a distância com suporte em tecnologia digital, preferencialmente na plataforma Moodle. Cada Tutor Presencial será responsável por uma turma de 35 cursistas durante todo o curso, cumprindo uma jornada de trabalho de 20 horas semanais.

Outros profissionais também compõem a equipe de gestão do curso, como o coordenador Geral que é o responsável por articular a relação entre a universidade promotora do curso e o MEC; coordenar a gestão do Curso, as ações administrativas e financeiras, bem como de suporte tecnológico; coordenar e acompanhar as atividades acadêmicas junto aos módulos e à

coordenação de assistência, incluindo a elaboração do Trabalho Final; o processo de formação dos coordenadores dos módulos, dos professores formadores/conteudistas e Tutores a Distância; o processo de avaliação do Curso. Também é sua atribuição articular e negociar formas de colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação.

O coordenador Geral de Tutoria é o profissional responsável pela articulação com a coordenação geral; por coordenar e acompanhar a ação dos Tutores Presenciais de turma junto aos módulos; promover a formação continuada dos Tutores Presenciais de turma; articular-se com os Professores Formadores/Conteudistas dos módulos, por intermédio da coordenação geral; participar do processo de avaliação geral do curso; coordenar o atendimento continuado dos Tutores Presenciais aos cursistas nos pólos regionais. O Coordenador Geral de Tutoria Presencial deve possuir experiência na docência em EaD, com suporte em tecnologia digital e possuir titulação de mestrado ou doutorado..

### **3.1. 3 Sistemas de avaliação, acompanhamento e pesquisa sistemática**

Sabe-se que o papel da avaliação decorre especialmente das metas educativas que são estabelecidas para a proposta na qual se aplica. Estas metas, por sua vez, são elaboradas a partir de determinados pressupostos teóricos que norteiam a existência do curso. O curso, nesta modalidade de ensino, adotou como pressuposto teórico a abordagem sócio-histórica de proposição de Vigotsky (1991) que defende que a aprendizagem é processual e se efetiva por meio da interação social. Os pressupostos teórico-filosóficos, bem como os objetivos, a estrutura organizacional do curso, a grade curricular, a frequência e a avaliação da aprendizagem, a valorização da prática pedagógica, entre outros aspectos, encontram-se apresentadas no Manual do Estudante, que é um dos documentos de referência para os alunos do curso.

Nesta perspectiva, avaliar não pode ser apenas medir, julgar ou comparar. Implica um processo amplo, realizado a partir da intervenção intencional de diferentes mediadores. Neste sentido, os Cadernos Pedagógicos, vídeos, textos complementares, os encontros com tutores e com os professores das respectivas disciplinas, os trabalhos e as provas são instrumentos que se apresentam como viabilizadores para a aprendizagem de novos conhecimentos tendo o educador a preocupação compartilhada com Berbel, (2001, p. 21); “compreende-se que o trabalho do professor com seus alunos passa necessariamente por uma organização que inclui objetivos a atingir, conteúdos a trabalhar, uma metodologia a desenvolver esse trabalho e um processo de avaliação de resultados ”, que é tarefa árdua, prolongada e demanda um intenso trabalho de pesquisa fundamentada para desvelar a face oculta deste processo.

Considerando esses aspectos, a avaliação dos cursistas será da responsabilidade dos Professores Formadores/Conteudistas dos módulos, com o apoio dos Tutores a Distância e Presencial e ocorrerá durante todo o curso, procurando considerar diferentes atividades, tais como as avaliações presenciais previstas no planejamento, sobre conteúdos específicos dos módulos; a participação nas atividades propostas no pólo regional; a participação nas atividades propostas no ambiente virtual de aprendizagem; elaboração do Trabalho Final de Curso.

A avaliação respeitará as normas da universidade promotora do curso. Todavia, é importante atentar para o fato de que a avaliação de cursos na modalidade a distância requer processos contínuos e diversificados, tanto on-line quanto presencialmente. Igualmente, o curso como um todo necessitará de um processo de avaliação sistemático na busca de subsídios para reorientar as ações desenvolvidas. A avaliação, nesse sentido, tem como referência todo o contexto institucional de realização do curso, somado aos documentos referenciais da SECAD. Nesse sentido, o presente projeto de curso prevê uma pesquisa avaliativa, em uma combinação de

abordagem qualitativa e quantitativa, permitindo uma avaliação do processo de desenvolvimento do Curso de Educação na Diversidade e Cidadania na modalidade a distância embasada em pressupostos da avaliação iluminativa de Parlett e Hamilton, citados por Ludke e André (1986). Estes autores acreditam que a pesquisa avaliativa-iluminativa pode ser um processo gerador de informações sobre um determinado programa ou curso, fornecendo não só subsídios para os prováveis ajustes e correções de rumo do próprio programa, mas, sobretudo, incrementar o conhecimento na área.

Segundo Ludke e André (1986), Hamilton e Parlett ao avaliarem o alcance da pesquisa avaliativa, alertam que deve ser dada atenção especial ao contexto particular em que se desenvolvem as práticas educacionais, isto é, deve-se considerar as dimensões sociais, culturais, institucionais que cercam cada programa ou situação investigada ao serem retratados os diferentes pontos de vista de diferentes grupos relacionados ao programa ou à situação avaliada.

Cumprido destacar também que a metodologia do tipo qualitativa, segundo Minayo (1993), considera a ruptura com os princípios da tese idealista-positivista, que passa a incorporar o significado e a intencionalidade subjacente aos atos, relações, estruturas sociais, seja no seu advento quanto na sua transformação, tomadas como construções humanas significativas. Modelo que põe por terra a neutralidade e a objetividade, onde fato e valor são inseparáveis, pesquisado e pesquisador são ambos sujeitos que interagem no processo. Pinto (2004, p. 123) destaca que “um dos grandes fundamentos epistemológicos da ciência moderna é que nas ciências humanas, o sujeito e o objeto são humanos, o que torna mais difícil para os pesquisadores observar seu objeto com neutralidade.” E complementa: “[...] a avaliação de uma prova escrita, por ser muito mais influenciada pela própria cultura do avaliador, torna-se impossível garantir sua total objetividade.” Martins (2000), por sua vez, destaca que uma das questões metodológicas importantes na pesquisa qualitativa é que não se pode insistir na previsão de procedimentos de maneira sistemática como se fosse uma escada rumo à generalização.

Ao considerar o processo de acompanhamento e a avaliação do curso como um dos caminhos para se conseguir uma educação a distância de qualidade, esta pesquisa pode ser uma ferramenta para orientar e incrementar a oferta de programas e cursos na modalidade a distância. Assim, ao mesmo tempo em que os resultados deste estudo pretendem ampliar o conhecimento nessa área, ainda carente de maiores pesquisas sobre a viabilidade ou formato dessa modalidade na realidade educacional brasileira, também mostram que esta é uma alternativa metodológica capaz de dar respostas satisfatórias às necessidades de formação de professores. A avaliação do Curso será concebida como um processo sistemático na busca de subsídios para o aprimoramento constante das ações desenvolvidas durante a sua execução. Portanto, serão tomados como ponto de partida todo o contexto interinstitucional em que se realizará o curso e não apenas a verificação do alcance dos objetivos propostos. Nesse sentido, faz-se necessário envolver todos os sujeitos participantes do curso. Para tanto serão aplicados questionários pré e pós curso junto aos tutores e cursistas.

Estão previstas atividades presenciais e virtuais, principalmente após cada Unidade e no final de cada módulo, que ensejam a participação ativa dos cursistas na avaliação de seu processo de formação em relação a sua prática pedagógica e aos respectivos contextos. A avaliação levará a possível transformação e/ou reformulações na dinâmica do curso a partir do levantamento dos dados obtidos. Os resultados parciais servirão como fonte de reflexão e redefinição, tanto pedagógicas quanto administrativas. Esse pressuposto direcionará as ações da pesquisa, que será desenvolvida considerando os resultados parciais os quais serão apresentados e discutidos com a coordenação Geral do curso, diretamente envolvidos com a avaliação, com o coordenador Geral de Tutoria, os Professores Formadores/Conteudistas e Tutores; as informações quantitativas

servirão de base para a análise qualitativa tanto do desenvolvimento formativo de cada cursista, quanto do próprio curso.

Em relação à verificação do rendimento escolar compreenderá frequência e aproveitamento nos estudos, os quais deverão ser atingidos conjuntamente. Será considerado aprovado o cursista que obtiver frequência às atividades do AVA no número mínimo de horas e créditos estipulados, não podendo ser inferior a 75% horas-aula; obtiver média global não inferior a 6,0; alcançar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades presenciais; elaborar e obter aprovação do Trabalho Final de Curso.

A avaliação do desempenho do estudante para fins dos certificados dar-se-á no processo, obrigatoriamente, mediante (Decreto Federal 5.622/2005) que exige o cumprimento das atividades programadas; a realização de exames presenciais.

No que diz respeito ao Trabalho Final de Curso os cursistas que concluírem o curso de Educação na Diversidade e Cidadania terão a certificação em nível de curso de extensão. Para esta certificação será exigido a apresentação de um trabalho final, que deverá ser realizado de forma individual durante o período de realização do Curso. Essa atividade estará vinculada aos módulos do Curso, sendo orientada pelo Professor Formador/Conteudista auxiliado pelos Tutores a Distância e Presencial. Simultaneamente, os cursistas terão acesso aos módulos dos cursos propostos, cumprindo, de um lado, os requisitos exigidos pelo currículo do Curso e da Universidade, e, de outro, tendo acesso aos aportes teóricos e metodológicos significativos para a construção e desenvolvimento de trabalho. O resultado dessa vivência deverá ser expresso na elaboração de Trabalho Final do Curso, tendo por base as atividades realizadas juntamente com seus alunos nos contextos de sala de aula onde leciona o professor. A atividade realizada e selecionada deverá ser analisada teoricamente à luz dos pressupostos abordados durante o curso. Esse trabalho será objeto de avaliação final e disponibilizado no ambiente Moodle.

Com esses encaminhamentos espera-se que os cursistas realizem um processo de aprendizagem mediado que resulte em saberes práticos eficazes a serem aplicados em seus contextos profissionais.

## **Tecituras Finais**

*Tenho para mim que o educador é alguém  
que está incumbido de intervir em vidas,  
não podendo a isso se negar,  
o que faz do fazer educacional  
algo de natureza claramente política.  
Régis de Moraes*

Todo processo de formação de professores, seja em sua fase inicial ou continuada que leva em conta a temática da diversidade como enriquecimento educativo e social; que se baseia em uma abordagem intercultural de educação propicia primeiramente uma metodologia como conteúdo a ser apropriado; relações de troca, de parceria, de entre-ajuda, de interatividade, de gerenciamento dos conflitos. Um jeito de ensinar e de aprender diferente das abordagens tradicionais, tão fortemente centradas na condução unilateral do/a professor/a. Processos de formação cujas ações são mediadas por essa abordagem contempla

especialmente o exercício de pesquisa, a consideração aos interesses, desejos e necessidades das pessoas envolvidas, especialmente àquelas que são mais emergentes.

Neste sentido, um curso de formação voltado à Educação para a Diversidade e cidadania mostra-se como uma possibilidade viável e eficaz. Todavia, para que essa hipótese seja efetivamente uma certeza é que será desenvolvido uma avaliação diagnóstica no início do curso, durante o processo e no final de sua realização. Com isso se pretende verificar as necessidades e interesses dos cursistas, seus conhecimentos prévios relacionados aos temas que serão tratados e os resultados em termos de aprendizagem consolidada a partir dessa formação.

Oportunizar processos formativos mediante uma modalidade de ensino que se dá a distância também pode revelar um importante caminho no sentido de equacionar esta lacuna que tanto afeta a formação; pesquisas tem apontado que esta modalidade de ensino se apresenta como alternativa para a democratização da educação. Nesse sentido é fundamental que mais experiências sejam realizadas e que estas sejam acompanhadas por pesquisas rigorosas e eficazes.

Práticas educativas concebidas nesta perspectiva têm mais chances de atingir seus objetivos, pois contemplam algumas de suas principais facetas que são a antecipação das ações e o desejo que elas efetivamente possibilitem alcançar os objetivos.

Não se pode esquecer que a escola é um lugar privilegiado para o exercício da participação, e da tomada de decisões, para aprender a lidar com o conflito e com as diferenças, lugar da diversidade, independente da modalidade de ensino, presencial, semi-presencial ou a distância (on-line).

Viver a partilha e o confronto ajuda as pessoas a aprender valores fundamentais para a vida em sociedade. Lidar com a pluralidade de idéias e de escolhas, praticar a reflexão sobre suas concepções, em relação às de outras pessoas são práticas que precisam ser ensinadas e vivenciadas nos processos de formação de professores.

## Referências:

AZIBEIRO, N.E. **Educação Intercultural e comunidades de periferia: limiares da formação de educador@s**. Florianópolis, 2006, Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

ARNÁIZ, Pilar. Educar en y para la diversidad. In: F. J. SOTO y J. A. LÓPEZ (coord.). **Nuevas Tecnologías, Viejas Esperanzas: Las Nuevas Tecnologías en el Ámbito de las Necesidades Especiales y la Discapacidad**. Murcia: Consejería de Educación y Universidades. Extraído da World Wide Web em 12 de fevereiro de 2005: <http://needirectorio.cprcieza.net/documentos/parnaiz.pdf> . 2000.

ARROYO, Miguel.. **Ofício de Mestre: Imagens e Auto-Imagens**. Rio de Janeiro- RJ. Vozes: 2002

BERBELL, Neusi et all. Dimensão Pedagógica. In: **Avaliação Pedagógica no Ensino Superior: um retrato em cinco dimensões**. Londrina- P.R. Ed. UEL, 2001. BORGES, M. K. e FONTANA, K. B. Interatividade na prática: a construção do Texto Colaborativo por alunos da educação a distância. In **Anais do X Congresso Internacional da ABED**, Porto Alegre, 2003.

BRANDÃO, **O que é educação**. São Paulo. Brasiliense; 33ª edição; 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 1996.

\_\_\_\_\_. **Decreto-presidencial** nº 3.276 de 6 de dezembro de 1999

\_\_\_\_\_. **Parecer nº 9/2001** CNE/CP, aprovado em 08/05/2001.

\_\_\_\_\_. **Editai N° 1**. SECAD de 16 de abril de 2008.

FERRAZ, Marco. **Coordenação pedagógica: funções e ações**. In: Anais do 2º Congresso Internacional dos Exponentes na Educação. Curitiba – PR. Editora Gráfica expoente; 2002.

LITWIN, Edith. **Educação a distância**. Temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LUDKE, M. & ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**. Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, p. 67, 1986.

MARTINS, Joel. A pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, Ivani. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 6ª ed. São Paulo. Cortez, 2000.

MINAYO, M. C. De S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1993.

PINTO, Neuza B. Avaliação da aprendizagem como prática investigativa. In: ROMANOWSKI, Joana P., MARTINS, Pura L., JUNQUEIRA, Sérgio R. A. (orgs.) **Conhecimento Local e conhecimento Universal**. Vol. 1, 2 e 3. Curitiba. Champagnat, 2004.

SILVA, M. **Sala de aula interativa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Quartet, 2001.

SILVA, M. (Org). **Educação online**. São Paulo: Loyola, 2003.

VIGOSTY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo; Ed Martins Fontes, 1991.

---

<sup>1</sup> Essas informações foram extraídas do item II – Dos objetivos da Rede, apresentados no edital nº 1 SECAD de 16 de abril de 2008. acessível em <http://www.uab.mec.gov.br/gCon/recursos/upload/file/secad.pdf>

<sup>2</sup> As especificações são detalhadas no item 5, subitem 5.1.8 Conferir: [http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/05/manual\\_da\\_rede\\_da\\_diversidade13.pdf](http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/05/manual_da_rede_da_diversidade13.pdf)

<sup>3</sup> Para saber mais conferir <http://uab.mec.gov.br>